

10°. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)
Belo Horizonte - MG, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Área temática: **Sociologia Política**

**O EXÍLIO COMO ATIVISMO TRANSNACIONAL NA AMÉRICA LATINA:
PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA E REDES (IN)FORMAIS**

(Versão preliminar – 20 de julho de 2016)

Autores:

Teresa Cristina Schneider Marques

(Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS)

Breno M. Bringel

(Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP-UERJ e *directeur d'études associé* da Fondation Maison des Sciences de l'homme de Paris)

Resumo expandido original submetido à ABCP:

O exílio é parte constituinte do confronto político latino-americano desde as guerras de independência, embora apenas recentemente tenha recebido maior atenção da sociologia e da ciência política. Isto talvez deva-se à mudança no caráter do exílio na América Latina nas últimas décadas, fruto da convergência de dois processos: por um lado, sua massificação; e, por outro, o fortalecimento de sua atuação política através de redes transnacionais. Como sugeriu Roninger (2010), se outrora ele era destinado às elites políticas enquanto um mecanismo de exclusão institucionalizado com menor custo para os Estados, a partir da segunda metade do século XX, ele também passou a ser utilizado para excluir setores mais populares. A entrada da sociedade (civil) na arena internacional através de redes de atuação política que se baseiam em solidariedades transnacionais, marcou essa nova etapa do exílio na América Latina, tornando-o uma arena política ainda mais complexa.

Analisado muitas vezes a partir de trajetórias individuais, corre-se o risco de deixar de lado a sua dimensão processual, bem como suas bases políticas, econômicas, culturais e sociais. Além disso, a atuação política dos exilados é marcada por “turbilhões de transformações políticas”. Confluem neste processo vários elementos, tais como as articulações com novas coletividades, a inserção em culturas políticas diferentes, as transformações identitárias, as relações ambivalentes entre o lugar de “origem” e de “destino”, as construções de redes de confiança e incidência e as bruscas mudanças de regimes políticos. Tal como argumentado por Tilly e Tarrow (2008), estas transformações causam fortes impactos na estrutura de oportunidades e restrições políticas.

De todo modo, se mesmo para atores políticos nacionais e institucionalizados a interpretação de sua conduta enquanto pura reação racional aos constrangimentos impostos pelo regime parece ser insuficiente, no caso dos exilados, essa insuficiência fica ainda mais evidente. Nos alinhamos com Renato Perissinotto e Adriano Codato quando ressaltam que “perguntar-se sobre a história pregressa, a origem de classe ou os valores culturais dos agentes políticos/sociais” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p.250) é fundamental para a compreensão da ação política.

No caso da ação política no exílio, essa reflexão parece ser ainda mais fundamental, uma vez que além dos constrangimentos impostos pelas regras institucionais, restrições adicionais são impostas aos exilados. A saída forçada do país priva o militante do contato com boa parte do seu meio social e cultural e, com isso, o desloca das redes com as quais estava habituado a atuar politicamente. Além disso, a “condição exilar” exclui o ativista das arenas políticas institucionais. Contudo, se por um lado, as barreiras institucionais e sociais impostas à ação política no exílio podem ser muito maiores do que aquelas comumente estabelecidas pelos regimes políticos no plano interno, por outro, o exílio apresenta novas oportunidades políticas aos migrantes forçados. As novas redes nas quais inserem-se ao partirem para o exílio são as principais responsáveis por essas possibilidades de dinamização. Segundo Paulsen e McAdam, além de serem fundamentais para a transposição de barreiras importas à militância, também funcionam como condutoras de valores, suporte e recursos (PAULSEN, MCADAM, 1993).

A massificação do exílio também causou a diversificação das redes dispostas a acolher os migrantes. Enquanto durante boa parte da modernidade as redes de acolhida eram marcadas pela sua vinculação e mediação com o Estado acolhedor - inserindo os exilados em um jogo de estrutura tríplice -, na atualidade, elas passaram a ser cada vez mais diversificadas e complexas, incluindo redes transnacionais altamente descentradas e informais.

Apesar desta tendência, boa parte das pesquisas sobre o exílio latino-americano ainda o enfatizam os seus aspectos mais formais e institucionais. Como forma de ampliar e dialogar com esta literatura, o objetivo deste artigo é analisar a coexistência de padrões diversos de exílios políticos entendidos como um objeto empírico privilegiado para o estudo do ativismo transnacional contemporâneo. As pesquisas que deram origem a esta proposta de artigo nos levam a sugerir que além dos políticos e intelectuais de “alto nível”, com redes

fortes e com certo grau de penetração no espaço público, passou a existir, com a massificação do exílio, um perfil de exilados mais “popular”. Estes exilados mais “invisíveis” são vinculados a movimentos sociais de base e a alianças informais. Uma vez que as redes funcionam enquanto mobilizadoras de recursos e incentivos para a ação, pode-se afirmar que as redes abriram canais diversos de atuação política e conduziram valores díspares aos exilados. Diante da inexistência de canais institucionais de participação à disposição de exilados, a compreensão das mesmas parece ser fundamental para a análise da transformação e transnacionalização da estrutura de oportunidades políticas promovida pelo exílio.

Diante deste cenário, esta proposta busca, em primeiro lugar, discutir, no plano conceitual, o exílio como um tipo específico de ativismo transnacional, dialogando criticamente com a literatura da sociologia política que analisa a ação coletiva para além do Estado-nação; em segundo lugar, em um nível mais metodológico, será proposta uma proposta inicial de tipologia de padrões de exílio como ativismo transnacional, que possam combinar o perfil político e/ou intelectual com o perfil “militante de base” dentro de uma interpretação mais abrangente. Finalmente, o foco recai em uma exploração empírica e comparativa de ambos os padrões, exemplificados nos casos do grupo de brasileiros vinculados ao governo deposto que se exilou no Uruguai após o golpe de 1964 e em alguns militantes de movimentos de base paraguaios que se exilaram no Brasil na década de 1970. Espera-se que a exploração empírica de dois padrões diversos contribua à discussão teórico-metodológica dos estudos sobre o exílio em sintonia com o debate de outros campos de estudos próximos, como, por exemplo, os movimentos sociais e as migrações.

Palavras-chaves: exílio; ativismo transnacional; ação política; redes; ativismo.

Introdução

O exílio político é uma arena política complexa, abordado de diversas maneiras por diferentes disciplinas e enfoques. Seu carácter variou consideravelmente no tempo e no espaço e ainda que autores como Edward Said destaquem – com razão – que o século XX foi a “era das pessoas deslocadas” (SAID, 2003, p. 47), no caso da América Latina, as migrações forçadas sempre fizeram parte do jogo político (RONIGER, 2010). Contudo, foi somente na segunda metade do século XX que o exílio político deixou de ser um mecanismo de exclusão política destinado exclusivamente às elites. Com o objetivo de servir enquanto um mecanismo de exclusão política que diminuísse os custos do combate a opositores, os dirigentes autoritários que assumiram o controle dos Estados na região usaram largamente esse recurso visando isolar militantes de esquerda de maneira mais geral. Assim, além de membros das elites políticas derrotados por golpes de Estado ou bruscos processos de transformação de regimes, militantes políticos de base também passaram a ser afetados por esse mecanismo de exclusão política que sempre fez parte da história da América Latina.

Entretanto, contrariando os anseios de isolamento que o transformaram em um mecanismo tão recorrente, pode-se constatar que a atuação política é comumente registrada no exílio. No entanto, esta é marcada por particularidades que transformam este tipo de movimentos migratórios em um dos maiores desafios para os estudos sobre os movimentos sociais e o confronto político (BRINGEL, 2011a). Diferentemente de propostas que tratam o exílio político de forma individualizada, descontextualizada ou somente a partir de um prisma cultural, psicológico ou legal, buscamos nesta apresentação analisar o exílio político como um tipo específico de ativismo transnacional. Reivindicando uma sociologia política do exílio sintonizada com as teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais, argumentamos que o exílio político promove amplas transformações na rotina militante do exilado, mas é importante localizar e contextualizar estas mudanças, bem como diferenciar o seu teor de acordo com os perfis dos exilados, seus padrões de ação política, e a característica e a dinâmica das redes transnacionais construídas.

Espera-se que a identificação e a análise de tais padrões possa contribuir a compreender de que forma fatores como as identidades coletivas e as próprias redes influenciam as transformações registradas nas formas de atuação política adotadas pelos exilados. Assim sendo, o artigo objetiva avançar na construção de um olhar analítico sobre o exílio político, que possa ir além da tendência descritiva e biográfica habitual nos estudos sobre o tema. Por outro lado, analisar a coexistência de padrões diversos de exílio político entendidos como um objeto privilegiado para o estudo do ativismo transnacional contemporâneo requer que dita proposta possa ser operacionalizada em termos empíricos. Mobilizamos, para tal fim, dois casos distintos, porém complementários: o dos “exilados de

elite” pela ditadura militar brasileira no Uruguai e o dos “exilados populares” camponeses paraguaios no Brasil. No tratamento de ambos os casos, valemo-nos metodologicamente, além de documentação histórica e de fontes secundárias, de entrevistas por nós realizadas a militantes.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução: em primeiro lugar, discutimos alguns dos principais olhares, contribuições e limites da literatura especializada sobre o exílio político e delineamos, como alternativa, as configurações de uma sociologia política do exílio. A partir dos elementos e possibilidades abertas, a segunda parte do artigo realiza uma proposta conceitual sobre o ativismo político no/do exílio, enfatizando o caráter e a dinâmica das redes transnacionais, os perfis de ativistas e os principais padrões de ações política. Finalmente, apresentam-se brevemente na última parte os dois casos antes mencionados como uma concretude empírica do debate mais geral.

Configurações e possibilidades de uma sociologia política do exílio

O exílio político não é um fenômeno recente. Independente da motivação e do grau de coerção e força envolvido, a incapacidade e/ou impossibilidade de atuar na comunidade política de origem leva o exilado a um afastamento total de seu convívio sócio-territorial, com consequências múltiplas e diversas. Entendido neste sentido amplo, há registros do exílio e do direito ao asilo desde a Antiguidade Clássica (ROLLEMBERG, 1999, p.37), especialmente no Egito Antigo, onde os tratados firmados designavam os templos religiosos como locais de acolhimento de asilados e tal direito era estendido aos escravos fugitivos, soldados derrotados e criminosos comuns (ANDRADE, 2011, p.104). No entanto, é somente a partir da Revolução Francesa, quando os criminosos comuns deixaram de ter esse direito, atribuindo um caráter político ao asilo (JUBILUT, 2007, p.37). A formação dos Estados nacionais modernos, com sua respectiva delimitação da soberania territorial, da centralização e da concentração dos meios coercitivos, bem como a maior especialização e estruturação das organizações militares, extrativas, administrativas, distributivas e produtivas (TILLY, 1993) levou a uma processo de transformação e de massificação do exílio a partir dos séculos XIX e XX em contextos de guerras e/ou fortes conflitos internos.

A despeito do caráter eminentemente político do exílio e das fortes implicações que o mesmo possui em termos de questionamento das relações de classe e de dominação, e de reconfiguração das dinâmicas de poder, de autoridade e de solidariedade social, o exílio tardou bastante a ser tratado enquanto objeto de estudo pela sociologia e pela ciência política. Durante décadas, o exílio foi analisado sobretudo do ponto de vista cultural, psicológico, linguístico e legal. Segundo Roniger, entre os estudos que se situam nessas áreas, pode-se pensar em duas grandes perspectivas de análise. A primeira linha se dedica à análise dos termos empregados com o objetivo de compreender “o universo semiótico do

exílio” (RONIGER, 2011, p.03). Ao buscar evidenciar a relação das transformações no emprego de termos tais como exílio com seus respectivos contextos históricos, tais estudos trouxeram a contribuição de promover uma interface entre os estudos linguísticos e culturais com a história (RONIGER, 2011, p.03). Entre os textos que se destacam nessa linha, podemos citar *The Oxford Book of Exile* de John Simpson, que define o “exílio” enquanto uma experiência de separação da terra natal (SIMPSON, 1995), bem como as contribuições de Kaminsky que aproxima o exílio do nomadismo (KAMINSKY, 1999).

A segunda linha se concentra em compreender “a especificidade do exílio e dos exilados em forma de categorias” (RONIGER, 2011, p.07). Neste caso, a maioria dos autores que buscaram classificar o militante e/ou ativista político exilado que ultrapassa fronteiras nacionais partiram de uma perspectiva cultural. Entre as contribuições mais conhecidas nesse sentido, estão as de Edward Said, que parte da sua própria experiência para diferenciar noções afins, porém distintas, como os exilados, os refugiados, os expatriados e os emigrantes (SAID, 2003, p.59).

Além dos estudos linguísticos culturais, cabe destacar também aqueles estudos psicológicos que versam sobre o comportamento político e os impactos cognitivos e subjetivos nas experiências individuais dos exilados (MILLER et al, 2002), bem como os estudos que se baseiam na análise dos principais instrumentos internacionais e regionais relativos aos refugiados e partem de perspectivas assumidas pelas Relações internacionais e pelo Direito Internacional. Tais estudos se baseiam sobretudo na análise da Convenção de Genebra de 1951 e nos tratados latino-americanos a respeito do asilo. Eles destacam que há uma distinção clara entre os termos asilo e refúgio, fazendo que exista um dualismo nos países latino-americanos: de um lado o sistema latino-americano de asilo político (diplomático e territorial), e do outro, o sistema universal de proteção aos refugiados (SAN JUAN, 2003, p.21). Muitos destes estudos, além de se preocupar com a classificação legal dos exilados, se dedicaram à análise de políticas de recepção e integração ofertadas pelos Estados de acolhida aos grandes fluxos causados pelos conflitos armados (JUBILUT, 2007; SILVA, 2015; MOREIRA, 2010).

Muito embora os estudos destacados possuam o mérito de trazer importantes contribuições sobre várias dimensões do exílio, eles não se debruçaram explicitamente sobre o caráter essencialmente político do exílio e, sobretudo, o papel político desempenhado pelos exilados. Segundo Shain, “os estudos sobre o comportamento político e a política internacional, assim como a teoria política negligenciaram quase totalmente o significado da atividade política no exílio” (SHAIN, 1989, p.06). No entanto, nas últimas duas décadas, este olvido tem dado lugar uma série de estudos interessantes e mais sistemáticos sobre o carácter político do exílio e do ativismo dos exilados, em boa medida devido ao maior interesse pelos processos migratórios recentes, pelo deslocamento em massa, pela

crescente compressão espaço-temporal e pela complexificação das dinâmicas transnacionais contemporâneas.

O caráter político do exílio foi abordado primeiramente pelos historiadores. No caso dos exilados latino-americanos, a área de história foi particularmente importante, pois ela foi responsável pelos primeiros estudos sobre a temática. Entre eles, podemos destacar no caso do Brasil a obra pioneira de Denise Rollemberg sobre os exilados brasileiros pela ditadura militar (ROLLEMBERG, 1999), entre outros. A despeito da riqueza destas análises historiográficas sobre o exílio, concordamos com Stéphane Dufoix quando afirma que, em geral, estas “oscilam entre a biografia e o estudo teórico sem encontrar um ponto de equilíbrio entre os dois níveis” (DUFOIX, 2002, p.32). Como consequência, tais estudos costumam analisar o exílio a partir de trajetórias individuais e de ativistas conhecidos, empobrecendo sua diversidade e complexidade, ao negligenciar tanto a dimensão coletiva do processo político do exílio, como aqueles exilados/ativistas “menos visíveis” ou cujas trajetórias não poderiam ser consideradas exatamente como “exemplares”.

Acreditamos que é justamente diante desta lacuna onde se encontra uma das principais possibilidades de contribuição da sociologia política para a análise do exílio. A sociologia política tem o mérito de combinar variáveis sociais, econômicas e institucionais para compreender fenômenos políticos. Segundo Perissinotto, “A sociologia política é, portanto, uma aceitação do fato óbvio, mas atualmente relegado ao esquecimento, de que os sistemas social, econômico e político são interdependentes” (PERISSINOTTO, 2004, p. 205). Ao mesmo tempo, questões “macro” como a definição dos regimes políticos, as mudanças institucionais ou a abertura/fechamento de oportunidades políticas no interior dos Estados-nação combinam-se com elementos mais “micro”, tais como como a construção de redes transnacionais que conectam o exilado com seu lugar de origem, as solidariedades, as identidades e os diversos padrões de ação coletiva forjados no/pelo exílio.

De fato, o caráter político e multidimensional do exílio contemporâneo impõe novos desafios aos pesquisadores do exílio e evidencia ainda mais a validade do desafio multiterritorial e “pluri-identitário” proposto pela sociologia política (SCHERER-WARREN, 2015). Além da destacada inserção em diferentes culturas, idiomas e códigos sociais, as construções de redes de confiança, de incidência política e as bruscas mudanças de regimes políticos também fazem parte do exílio político. Dessa forma, para além dos incentivos políticos para a migração, tal como assinado em estudos como os de Joanna Siméant sobre os “sans-papiers” na França e a “construção identidade migrante” enquanto um incentivo para a mobilização (SIMÉANT, 2008), a sociologia política do exílio interessar-se-ia também, e fundamentalmente, no papel político desempenhado pelos exilados e nas forças sociais subjacentes que moldam o exílio como um tipo de ativismo transnacional.

Embora os esforços para compreender o exílio a partir da sociologia política ainda sejam recentes e escassos, é possível destacar alguns trabalhos pioneiros, tais como o trabalho de Yossi Shain, quem analisa como a atribuição da definição de exilado exige a atuação política no país de acolhida, que geralmente é voltada contra o regime político do país de origem ou contra o sistema político de forma geral com o objetivo de criar condições para o seu retorno (SHAIN, 1989). Seus estudos serviram como base para Stéphane Dufoix, que buscou definir o exílio como um campo político marcado por particularidades causadas pela migração, o *exopolítico*. Para Dufoix, o “*exopolítico* apenas existe como espaço de oposição e de luta contra o regime no poder do país de origem. Ele se caracteriza pela falta de regulamentação” (DUFOIX, 2002, p. 28).

Embora concordemos com Dufoix quando afirma que o exílio constitui um campo político marcado pelas mudanças causadas pela migração, não consideramos que este espaço possa ser caracterizado pela ausência de regras e tampouco pelo princípio de continuidade. Ao contrário, consideramos que a diferença entre o exílio e o campo de ação política tradicional/nacional se encontra na submissão das atividades políticas dos exilados à legislação internacional, além das legislações locais dos países de acolha que tornam a relação entre o exilado e a militância mais complexa e dinâmica.

Diante disso, torna-se fundamental compreender o exílio dentro de uma perspectiva comparativa e, sobretudo, transnacional. Olivier Grojean, por exemplo, a partir da análise da atuação política dos Kurdos na Europa, trouxe importantes contribuições para a relação entre movimentos transnacionais, construção de identidades e engajamento político. Para o autor, as identidades constituem uma forma de capital específica no exílio e para compreender de que forma elas afetam os repertórios de ação, torna-se fundamental analisar os contextos institucionais e culturais, sem perder de vista a questão da temporalidade (GROJEAN, 2008 e 2015). Por sua vez, a obra *The Politics of Exile in Latin America* (2009), de Luis Roniger e Mario Sznajder, traz a contribuição mais sistemática nessa direção. Para os autores, na América Latina “o exílio é resultado da institucionalização de um mecanismo institucionalizado de exclusão (...) sobre uma base transnacional” (Roniger, 2011, p.50). Dessa forma, os autores entendem que os exilados estão inseridos em um jogo político multidimensional, no qual o estabelecimento das regras não é inexistente, e sim, disputado por múltiplos atores, sobretudo o país de acolhida, o país expulsor, os espaços e dinâmicas transnacionais e os próprios exilados (cf. também RONIGER, 2010).

Para compreender esse jogo, é necessário uma análise detalhada tanto dos contextos nos quais os exilados desenvolvem suas atividades políticas, como das histórias pregressas, visando compreender as negociações e tensões acerca das regras estabelecidas. Ao combinar variáveis institucionais, sociais e culturais, tal como propõe a

sociologia política, busca-se assim reivindicar a importância do papel “da origem de classe ou os valores culturais dos agentes políticos/sociais” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p.250) durante o processo contínuo de construção das condições da atuação política no exílio. Em sintonia com estas propostas de construção de uma sociologia política do exílio, apresentamos a seguir uma contribuição conceitual, inicial e provisória, para compreender o exílio político enquanto ativismo transnacional.

O exílio político como ativismo transnacional: debates conceituais

Em termos gerais, o exílio político promove amplas transformações na rotina militante do exilado. Em primeiro lugar, há uma mudança dos incentivos e das restrições institucionais, uma vez que a migração forçada o insere em outro regime político. A mudança de regime político é clara não apenas em função do jogo político existente durante o exílio que incentiva o exilado a migrar para um país mais receptivo às suas convicções políticas e, por isso, naturalmente diferente do regime do país que o expulsou, mas inclusive porque “os regimes variam entre um país e outro” (TILLY, TARROW, 2008, p. 101). Em segundo lugar, a migração forçada insere, de forma brusca, o exilado em uma nova sociedade, com uma história distinta, uma nova cultura, e um novo contexto geográfico. Além disso, o exilado passa a portar um novo status civil: o status de «não-cidadão» que lhe é imposto para garantir o direito a asilo ou refúgio (SIMÉANT, 1998, p. 22).

Todas essas transformações, somadas ao isolamento inicial promovido pela migração ao afastar o exilado de todas as redes nas quais estava inserido em seu país de origem – profissionais, sociais, familiares e boa parte da rede militante –, além de afetar as identidades, conferem nova importância para as dimensões que ajudam a compreender o ativismo político no exílio.

Dessa forma, consideramos que o processo que promove evoluções de repertórios no caso dos exilados é distinto ao dos demais militantes que atuam no interior das fronteiras nacionais e, inclusive, diante de outros tipos de ativismo transnacional. Por um lado, se para os cidadãos nacionais, as mudanças de repertórios podem se transformar em função de um processo progressivo que promove modestas transformações de elementos estruturais ou em função de “transformações em turbilhão”, que são resultados de raros momentos históricos no qual as instituições políticas se transformam com grande rapidez, tais como as revoluções e as bruscas mudanças de regime políticos (TILLY, TARROW, 2008, p. 49-50), os exilados se veem tocados por uma *metamorphose total*. Por outro, o exílio político difere também de outros tipos de ativismo transnacional. Se comparado com os movimentos transnacionais de *advocacy*, cuja mediação é feita por terceiros para incidir nacionalmente a partir de atores e cenários supranacionais ou com o movimento antiglobalização que já surge como ator global, heterogêneo e descentralizado (BRINGEL E ECHART, 2010;

BRINGEL, 2015), o exílio político está marcado pela construção de um espaço social transnacional *sui generis*, no qual as marcas da coerção, dos contextos e das bases sociais de origem impactam consideravelmente nas trajetórias, dinâmicas e desenlaces da militância política.

Com a metamorfose total, as redes, o espaço e as identidades, além de se transformarem de forma brusca e em apenas um só «golpe», ganham uma dimensão central na vida do exilado, em virtude dos rompimentos provocados pela migração e das restrições adicionais impostas à sua atuação política. Portanto, a *metamorfose total* está diretamente relacionada com processos migratórios que promovem uma alteração da natureza e da dimensão das redes, das identidades e do espaço para os militantes. Diante do caráter transitório do exílio, a durabilidade das transformações de repertórios é de difícil previsão. Contudo, é possível verificar que, em geral, elas podem assumir duas formas: *transformações adaptadas* – quando as mesmas reivindicações são apresentadas por meio de novos discursos e repertórios – ou *transformações profundas* – quando as reivindicações também se transformam de forma radical.

Neste sentido, a compreensão do carácter e das dinâmicas das redes transnacionais se torna fundamental para analisar tanto as formas assumidas pelas transformações vividas pelos exilados em termos de repertórios e reivindicações, como a complexidade transfronteiriça que envolve uma coexistência de diversos lugares, atores e escalas. A importância das redes para a compreensão das mais variadas formas de ativismo político (transnacional ou não) é um consenso na literatura especializada sobre ação coletiva e movimentos sociais. Diversas pesquisas apontam que as redes são eficazes na transposição das barreiras impostas ao ativismo, sejam elas institucionais ou sociais (MCADAM, PAULSEN, ;1993 MISCHÉ, 1993; FILLIEULE, 2001). No entanto, no caso do exílio, seu papel enquanto formadoras de identidades coletivas e mobilizadoras de recursos é potencializado, não apenas pelo papel central por elas assumido no jogo político exilar, mas também em virtude da dimensão espacial garantida pelo deslocamento forçado e pela possibilidade de serem as únicas redes nas quais os militantes estão inseridos.

Para compreender esse papel central assumido pelas redes no exílio, nos parece fundamental compreender de que forma elas são estabelecidas, bem como sua natureza. Segundo Ann Mische, as redes funcionam como condutoras de valores culturais, informações e recursos, além de representarem importantes suportes para as ligações sociais e culturais indispensáveis à construção da solidariedade e das ações coletivas (MISCHE, p.259-260). Há, portanto, além da base política, uma base cultural, econômica e social que permeia o processo de construção das redes militantes. Segundo Renata Preturlan, para os migrantes em geral, a inteligibilidade da questão de classe econômica pode ajudar a compreender diversas fases do processo de migração, dentre as quais,

merece destaque o “contexto de saída, a vinculação entre determinados grupos sociais e destinos específicos, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, as possibilidades de regularização da situação migratória, as mudanças de estratégia dos atores e os eventos de mobilidade dentro do sistema migratório” (PRETURLAN, 2011, p.03).

No caso dos exilados políticos, a compreensão desses momentos pode ajudar a determinar quais redes estão à sua disposição. Todavia, acreditamos que é importante ir além da questão econômica, englobando também a questão cultural e social na análise, uma vez que nos interessa compreender a articulação multi-escalar entre processos macro e micro e a diversidade de padrões de ação política derivados do exílio. Para tal fim, torna-se importante decifrar de que forma “a história pregressa, a origem de classe ou os valores culturais dos agentes políticos/sociais” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p.250) interferiram na relação dos atores políticos com a *estrutura de oportunidades exilar*.

Com efeito, após a massificação do exílio na segunda metade do século XX, observa-se a coexistência de dois perfis distintos de exilados: um primeiro perfil de “alto nível” ou de “elite”, composto por intelectuais e militantes políticos com carreira e trajetória consolidada em seu país e muitas vezes com reputação internacional; e um segundo perfil de correspondente a uma origem e um perfil “popular”, composto principalmente por militantes e ativistas políticos de base, com pouca visibilidade em seu país de origem e/ou no exterior.

O perfil de “alto nível” pode ser considerado uma “elite” pois são indivíduos que seja qual for o seu campo de atividade, conseguem “se apropriar com maior propriedade dos bens ali valorizados” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p.250). Isso atribui um alto custo à sua prisão ou ao seu assassinato, o que fez com que o exílio tenha sido utilizado enquanto uma forma de exclusão política exclusivamente destinada a eles na América Latina durante séculos (RONIGER, 2010). Assim, intelectuais, políticos cassados ou perseguidos e grandes líderes de movimentos políticos exilados podem ser entendidos enquanto exilados de “alto nível” ou de elite. A posição dominante que ocupam no exercício de suas atividades em seu campo específico garante uma quantidade determinada de recursos ou “capitais” (BOURDIEU, 1989), que não são totalmente perdidos com a condição exilar.

Nesse sentido, é importante destacar que diferentemente dos migrantes econômicos, refugiados de conflitos bélicos ou da maioria dos militantes de base exilados, os exilados de alto nível carregam consigo um “capital político” e “simbólico” (Cf. BOURDIEU, 1989), utilizando redes principalmente formais. Para além de suas trajetórias, costumam representar um projeto ou um espectro político mais amplo. Sendo assim, a oferta de solidariedade a exilados deste tipo pode apresentar um caráter estratégico, uma vez que a acolhida de um fluxo de exilados ou mesmo de um único exilado pode vir acompanhada de custos e ganhos políticos tanto em nível interno quanto em nível externo.

Logo, a oferta de solidariedade a eles nunca é isenta de interesses e os exilados não são excluídos do jogo político. Conforme destacado por Roniger (2010), eles interagem com os interesses do país de acolhida, que está ente a relação que o exilado estabelece com o país expulsor, bem como com a sociedade transnacional em tempos de globalização.

Na era global, grandes fluxos transnacionais de exilados “anônimos” também passaram a carregar consigo certo capital simbólico. À medida que a sociedade entrou na arena política internacional, eles também passaram a fazer parte do jogo que assumiu uma estrutura quádrupla, sendo composta por eles e também pelo Estado expulsor, o Estado de acolhida e a sociedade transnacional (RONIGER, 2010). Essa nova estrutura do exílio permitiu vincular os exilados mais “invisíveis” a movimentos sociais de base e a alianças e redes informais.

É importante destacar que ao mesmo tempo em que as redes domésticas apoiam o ativismo transnacional, elas também o constroem, ao estabelecer limites e determinar canais de participação (TARROW, 2005, p.2). A análise da natureza das redes permite compreender de que forma as mesmas podem pressionar os exilados em favor dos seus interesses. Da mesma forma, a história pregressa, a condição econômica, política e social, bem como os valores dos exilados importam para compreender quais os recursos que os exilados dispõem na negociação que estabelecem com as redes.

A partir de um contraste entre a literatura especializada e nossas pesquisas empíricas, é possível sugerir que os exilados de elite possuem uma tendência a promover apenas *transformações adaptadas* em seu repertório. Isto deve-se a dois motivos principais: 1) Há um ganho político para o exilado em defender a posição política que lhe impôs o exílio, pois isso atribui coerência à sua trajetória e pode significar um capital político a ser utilizado após o retorno¹; 2) Para a rede que o acolhe, há um ganho em “capitalizar” a sua imagem a seu favor, por isso, parece ser importante não criticar de forma profunda a história política desse ator.

Por outro lado, em geral, os exilados de base encontram menores custos na promoção de *transformações profundas* em seu repertório de ação. Também elencamos dois motivos: 1) Por serem atores mais “invisíveis” e muitas vezes sem carreiras políticas estabelecidas, não necessariamente vislumbram ganhos políticos no retorno. Daí, uma menor necessidade em garantir “coerência” à sua trajetória política; 2) Diferente dos exilados de elite, os exilados de base são desprovidos de bens ou no mínimo os possuem em menor quantidade do que os exilados de elite, de forma que estão mais sujeitos aos

¹ A adaptação, diferente da substituição dos objetivos iniciais por outros, permite manter a identidade coletiva da organização (PANEBIANCO, 2005). Diante disso, há uma tendência entre os atores políticos, tais como os partidos, em manter os objetivos iniciais, ainda que adaptados aos novos contextos que se apresentam.

constrangimentos impostos pelas redes que os acolhem para se adaptarem à nova estrutura de oportunidades impostas.

Estes dois padrões de ação política vinculados ao exílio estão relacionados, por sua vez, não somente a diferentes tipos de mudanças nos repertórios de ação e de relações com os contextos de origem e de destino, mas também a perfis específicos de ativistas. Para Sidney Tarrow (2005, p.29), os ativistas transnacionais seriam *cosmopolitas enraizados*, pois estariam enraizados em contextos nacionais específicos, mas imersos em atividades políticas de contestação que os insere em redes transnacionais de contatos e ações coletivas de diferentes tipos.

A proposta de Tarrow é certamente fértil, mas somente capta, de acordo com nossa perspectiva, um tipo específico de militância transnacional que corresponde principalmente ao que antes denominamos de “exilado de elite”, cujo capital político, recursos e redes densas com o contexto de origem, bem como fortes conexões externas, permite uma ativação do cosmopolitismo para seus projetos enraizados. Acaba deixando de lado, como já criticado por Bringel (2011b), em outras ocasiões e por motivos distintos, outros perfis de militância transnacional como aquele militante que não se encontra totalmente enraizado em um contexto nacional específico (pois é mais passível de desterritorialização) nem tampouco possui redes, bagagem e influência externa forte ao ponto de ser considerado “cosmopolita”.

A desterritorialização constante de muitos grupos, organizações e movimentos sociais supõe um processo de reterritorialização, no qual os atores sociais reformulam seus referentes, visões e marcos simbólicos e discursivos a partir de processos migratórios (BRINGEL: 2011b, p.212). Poder-se-ia falar, assim, de um *ativista diaspórico* com uma militância política marcada pela dispersão, que se produz, inclusive, de forma simultânea, em ao menos dois lugares, e que ainda que mantenha, em alguns casos, uma memória privilegiada sobre o lugar de origem e um território compartilhado, não está necessariamente pautada pela territorialidade do Estado-nação nem pela consecução de um projeto político nacional, mas sim por uma luta política e social baseada em conflitos mais específicos (trabalho, memória, identidade, recursos naturais, bens comuns, etc.) imbuído de várias territorialidades e múltiplas espacialidades.

Estes diferentes perfis de ativistas, sejam ativistas diaspóricos ou cosmopolitas enraizados, possuem também diversas práticas de contestação. Para além dos repertórios tradicionais do ativismo político (por exemplo, greves, protestos públicos, manifestações ou ocupações), o exílio político adota diversas práticas de contestação que exigem uma leitura abrangente do fenômeno sensível a modalidades diversas de desobediência, resiliência, solidariedades e expressões do conflito.

Comparando dois padrões de exílio político na América Latina

Os “exilados de elite” pela ditadura militar brasileira no Uruguai

Uma das primeiras medidas tomadas pelo regime militar que se instalou no Brasil por meio de um golpe de Estado em 1964 foi o estabelecimento da chamada “Operação Limpeza” que cassou os políticos ligados ao governo deposto. Além de Leonel Brizola, João Goulart, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes foram citados na primeira lista de cassados, que no total, apresentava 102 nomes (BRASIL, AI-1, 1964). O caso de Brizola, que insistiu em permanecer no país por mais de um mês e mesmo assim não foi preso, evidencia a escolha do exílio como a punição para os políticos inimigos do novo regime.

A “Operação Limpeza” gerou a primeira geração de exilados pela ditadura militar brasileira. Essa geração possuía em comum a vinculação direta ou indireta com o governo deposto pelo golpe e as práticas políticas tradicionais por meio dos canais democráticos de participação política. Assim, ações modulares, tais como as greves e as manifestações políticas de rua compunham o repertório de ação da esquerda atingida pelo AI-1. Segundo Denise Rollemberg, a maioria se identificava com o projeto democrático, muito embora defendesse reformas, e eram, geral, ligados a sindicatos ou partidos políticos legais (ROLLEMBERG, 1999, p.50-51).

Pode-se afirmar que o Uruguai tornou-se o primeiro grande refúgio para os perseguidos da ditadura brasileira, devido sobretudo à tradição do país de garantir asilo a exilados políticos e às liberdades democráticas, que poderiam garantir maior liberdade às suas ações políticas (TAVARES, 1979, p.175-176). Além disso, o exército era excluído das decisões do governo e muitos membros da elite política uruguaia – assim como grande parte de sua população –, demonstravam simpatia ao projeto de esquerda e a líderes como Goulart e Brizola (MARQUES, 2006). Líderes políticos uruguaio como Ariel Collazo do Movimiento Revolucionário Oriental (MRO) viam políticos como Brizola como um potencial líder para o sucesso da revolução socialista na América Latina (entrevista, Ariel Collazo, 2006). Dessa forma, embora os brasileiros tenham chegado em um momento de crise, lá puderam encontrar um ambiente receptivo. Porém, ainda que o ambiente fosse simpático às suas reivindicações, o Uruguai se via pressionado pelo Brasil (um importante parceiro econômico para um país com a economia tão limitada quanto o Uruguai), para manter rígido controle sobre os exilados.

Entre o interesse do governo ditatorial no Brasil em isolar os exilados e o interesse de alguns líderes uruguaio em utilizá-los a favor de seus próprios interesses, se encontravam os exilados. Para a maioria dos exilados brasileiros no Uruguai, estar afastado das fronteiras nacionais não significou o afastamento do jogo político. Para Brizola, seu interesse era transformar o exílio no Uruguai em um breve recuo para retomar o poder. Com o objetivo não apenas em desmascarar os militares brasileiros no Uruguai, mas também em retomar o controle do Estado, Leonel Brizola representou uma peça chave para uma forma

de organização que não teve paralelo registrado em nenhum outro país no período. Portanto, no exílio brasileiro no Uruguai, a negociação com o Estado acolhedor sobre as possibilidades de ação se deu por meio das elites políticas.

A inserção nesse jogo político exilar os obrigou a repensar estratégias. Visando manter a imagem de defensor da democracia que se fortaleceu com a Campanha da Legalidade de 1961, Brizola tardou a aceitar a aliança com os uruguaios e cubanos (entrevista, Avelino Capitani, 2006). Porém, o fracasso das tentativas de efetivar a retomada do controle do Estado por meio da quartelada ou da “estratégia da batata”, a “guerrilha de Três Passos” – nunca assumida por Brizola – e a limitação de recursos, fizeram com que líderes políticos como Brizola assumissem novo posicionamento, motivando a colônia a fazer o mesmo. O contato com a elite uruguaia por meio de Brizola permitiu acesso a recursos – inclusive financeiros – que possibilitaram que os exilados efetivassem um foco em Minas Gerais, no Brasil em 1967.

A “guerrilha do Caparaó” evidenciou essa mudança de posicionamento assumida pelos exilados brasileiros no Uruguai, ainda que para Flávio Tavares, ex-banido pelo regime, tenha uma transformação superficial, interessada em retornar à política legal (TAVARES, 1999). De fato, Brizola durante anos evitou falar sobre a guerrilha do Caparaó, preocupado com a possibilidade de acusações de recuso à violência pudessem manchar sua trajetória marcada pela defesa da democracia. Quando falava sobre o assunto, ficava clara a preocupação em “justificar” a participação na efetivação desta frente de combate: “No caso da Guerrilha do Caparaó [...] Conspiramos porque [...] tínhamos o direito de o fazer, pois fomos tocados de nossas casas com violência por um regime reacionário que se voltou contra um povo desarmado e indefeso” (In: REBELLO, 1980, p.62 e 65).

Dessa forma, o caso dos exilados brasileiros no Uruguai evidencia que os custos políticos para transformação profunda dos repertórios e reivindicações é maior para os membros das elites políticas. Por outro lado, o contato direto com os membros da elite política do país de acolhida permite ampliar o acesso a recursos e possibilidades de ação, ao mesmo em que tais recursos direcionam as formas assumidas por tais ações. As redes formais permitem mediações diretas, públicas e visíveis e o grau de conhecimento sobre os lugares de origem, de destino e suas interações possibilita interpretações abrangentes sobre a realidade social e política e o seu próprio engajamento militante.

O exílio popular: o caso de militantes camponeses paraguaios no Brasil

Entre os anos 1960 e 1980 as ditaduras latino-americanas provocaram uma onda de exílio na região. Rollemberg (1999) mostra como, diferentemente da Argentina ou do Chile, o exílio brasileiro nunca foi massivo e afetou principalmente a elites políticas e a uma classe média alta escolarizada que havia participado nos movimentos sociais anteriores ao golpe

militar de 1964 ou nas mobilizações de 1968. Isto se refletiu nos casos de exiliados mais conhecidos na sociedade brasileira e nos próprios *atores* daquele momento, que se converteram posteriormente também em *autores* de memórias e autobiografias. Além do mencionado caso de Brizola, vale lembrar, entre muitos outros, também o de Fernando Gabeira, cujas memórias da ditadura e do exílio se converteram em um *best-seller* no país, fundando depois o Partido Verde, além de ter sido eleito deputado federal em várias ocasiões. O caminho da política institucional também foi seguido por muitos dos exiliados, sendo o caso de Fernando Henrique Cardoso um dos mais conhecidos por alcançar a presidência do país.

No entanto, a pesar deste perfil do exílio de elite, também houve um considerável número de exiliados de base, vinculados ao campo popular, sejam operários, sindicalistas ou líderes camponeses. Boa parte dos líderes das Ligas Camponesas, o principal movimento rural de massas nas zonas rurais brasileiras de meados do século XX, extinto com o golpe de 1964, acabaram no exílio. Muitos deles, como Alípio de Freitas, foram ao México e logo a Cuba, onde fizeram intensos cursos de formação de guerrilhas para preparar a volta ao Brasil. Ademais, o Brasil dos militares também recebeu exiliados, já que ao contrário do que possa parecer, os países autoritários também constituíram lugares de residência e asilo para pessoas que tomaram a rota do exílio de seus países de origem (Roniger, 2010).

Com o golpe de Estado no Chile que acabara com o governo de Allende em 1973, o início da ditadura militar argentina em 1976 e picos de repressão da longa ditadura do general Stroessner no Paraguai – como o que aconteceu em 1974 – contra articulações de movimentos populares, vários militantes de base se exiliaram no Brasil no final da década de 1970. O ambiente de “abertura política” e a intensificação das greves e lutas democráticas contra a ditadura a partir de 1978 também contribuiu para isso.

Entre esses exiliados do Cone Sul que vieram ao Brasil se encontram alguns líderes camponeses vinculados a lutas populares de base. Este foi o caso de Magui Balbuena – hoje uma liderança da Confederação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (CONAMURI) e naquele momento uma jovem militante das lutas rurais no Paraguai –, que se exiliou em Foz do Iguaçu, a meados dos anos 1970, período em que houve uma expulsão massiva de camponeses de suas terras devido à construção da Represa Hidroelétrica Binacional de Itaipu. Segundo Morissawa (2001: 121), até 12 mil famílias de oito municípios foram desapropriadas de suas terras para permitir a construção da maior central hidroelétrica do mundo. Em abril de 1973, o Brasil e o Paraguai assinam o Tratado de Itaipu, que serviu como instrumento legal para colocar em funcionamento o faraônico projeto, cujas obras começaram dois anos depois. Durante este ano o governo brasileiro prometeu uma indenização às famílias afetadas, mas somente poucas receberam o

pagamento e, mesmo assim, com um valor muito inferior ao acordado. A solução proposta pelo governo militar não foi outra que incentivar a que os camponeses se mudassem à Amazônia, onde havia muita terra livre.

Neste contexto de dupla migração forçada (pela violência da desterritorialização e pela ameaça militar), Magui Balbuena relata sua vinda do Paraguai ao Brasil: “entre 1975 e 1977 me exilei com meu companheiro em Foz do Iguaçu no Brasil e tivemos relações com sindicatos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, em menor medida, com alguns camponeses e com as pastorais da terra” (entrevista, Magui Balbuena, 2009). Em seu caso, o Brasil serviu como refúgio devido à proximidade geográfica e à existência de laços e experiências pessoais prévias. A diferença do caso de Brizola, não se tratava aqui da primeira geração de exilados paraguaios, o que permite que gerações anteriores compartilhem suas narrativas, histórias, representações e, em muitos casos, inclusive seus contatos. A mediação, neste caso, não foi feita por elites políticas mas por cidadãos comuns e por organizações populares que atuam nos mesmos eixos de conflito que a militância de origem de Magui Balbuena. O escopo de atuação também é diferente: não está dirigido para o Estado e para as instituições, mas principalmente para a sociedade e para a construção de organização coletiva nos territórios.

De acordo com a militante, sua experiência do exílio foi um marco fundamental em sua trajetória ativista, já que lhe permitiu viver de perto algumas experiências de luta dos camponeses brasileiros, como a ocorrida nos anos de 1970 com o conflito de Itaipu, e estreitar laços afetivos e de luta com outras lideranças e organizações brasileiras. Ao mesmo tempo, a luta camponesa no Sul do Brasil também serviu como incentivo para que camponeses paraguaios fundassem em 1980 o Movimento Camponês Paraguaio (MCP), do qual Magui participou ativamente antes da criação de CONAMURI, retornando ao Brasil em algumas ocasiões durante a década de 1980 para participar, por exemplos, em eventos contra a dívida externa.

Outro dado relevante é que no marco dos laços informais e pessoais tecidos durante esta política do exílio latino-americano se criou em 1985 a Coordenadora de Organizações Camponesas do Cone Sul, da qual o MCP participou. Apesar de ser uma articulação bastante informal e de duração efêmera (se diluiu poucos anos depois), pode ser considerada como um antecedente da articulação camponesa no âmbito (sub)regional que, no entanto, costuma ser esquecida e/ou desconsiderada quando se reconstrói o processo contemporâneo de convergência entre os movimentos camponeses latino-americanos a partir de redes formais e mais estabelecidas, como é o caso hoje da Via Campesina.

Deste modo, o caso de Magui Balbuena deve ser lido como uma pequena amostra de uma gama muito mais ampla de exilados de base que transitaram pela região, servindo como um importante momento de articulação internacionalista e de precedente do ativismo

transnacional rural contemporâneo. As histórias de vida, as trajetórias dos movimentos e as redes informais criadas no exílio político dos anos 1970 foram profundamente marcadas pelas articulações supranacionais e subjetividades derivadas de dita vivência, permanecendo até hoje quando pensamos a base das articulações entre organizações camponesas de diversos países (entrevista, Magui Balbuena, 2009).

Ao contrário do caso de Brizola, que assumiu uma transformação adaptada de seus repertórios, no caso do exílio de base há uma transformação mais profunda. Se no primeiro o trabalhismo foi adaptado aos diferentes contextos e momentos do exílio, com dificuldades em reconhecer, sua experiência revolucionária no Uruguai e sua vinculação com Cuba, a experiência de Balbuena e de outros exilados de base demonstram, em geral, uma maior abertura e predisposição em promover transformações profundas. A “mão-dupla” do internacionalismo torna-se assim mais fluída: o exiliado de base tende a viver a socialização política e a experiência de luta social cotidiana no lugar de destino, abrindo-se mais à aprendizagem e às relações de médio-longo prazo, ao mesmo tempo em que “ensina” e compartilha sua própria vivência sobre o lugar de origem de maneira mais direta e relacional com outros militantes locais que atuam em temas e conflitos semelhantes (entrevista a Egídio Brunetto, 2008).

Outras semelhanças e diferenças entre ambos os padrões de exílio político poderiam ser destacadas. Um maior aprofundamento nos dois casos aqui assinalados e outras pesquisas empíricas também contribuiriam nesta direção. Enquanto isso, espera-se que a esta proposta preliminar sirva para provocar novos debates, para afiançar o olhar distintivo da sociologia política e para ampliar a literatura especializada existente sobre a temática do exílio político a partir de construções teórico-metodológicas mais multidimensionais.

Referências:

ANDRADE, José Henrique Fische de. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádia de e ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Les pouvoirs et leur reproduction. In: BOURDIEU Pierre, SAINT MARTIN Monique de. *La Noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BRASIL. Ato Institucional n.1 de 09 de abril de 1964. Versão online disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade*, vol. 10, p.51-73, 2011a.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, v.16, p.185-215, 2011b.

BRINGEL, Breno. Social movements and contemporary modernity: internationalism and patterns of global contestation. In: Breno Bringel e José Mauricio Domingues (Eds.) *Global Modernity and Social Contestation*. Londres/California/Nova Deli: Sage, p.122-138, 2015.

BRINGEL, Breno ; ECHART, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, v.46, p.28-36, 2010.

CARBALLO, Marta ; ECHART, Enara. Migrações e movimentos sociais: transnacionalismo, mobilidades e mobilizações. In : Breno Bringel e Maria da Glória Gohn (Orgs.) *Movimentos sociais na era global*. Rio de Janeiro / Petrópolis: Vozes, p.147-174, 2012.

DUFOIX, Stéphane. *Politiques d'exil*. Paris: Presses universitaires de France, 2002.

FILLIEULE, O. *Post scriptum: Propositions por une analyse processuelle de l'engagement individuel*, (In): *Revue Française de Science Politique*, 51 (1-2), fév-avril, 2001.

GROJEAN, Olivier. *La cause kurde, de la Turquie vers l'Europe : Contribution à une sociologie de la transnationalisation des mobilisations*. Thèse de doctorat en sociologie politique sous la direction d'Hamit Bozarslam, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2008.

GROJEAN, Olivier. Politique d'exil : les mobilisations des Kurdes d'Europe. In: Jean-Paul Chagnollaud (dir.), *Communautés en exil: Arméniens, Kurdes et Chrétiens d'Orient en territoires franciliens*. Paris, L'Harmattan, 2015.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

KAMINSKY, Amy K. *After Exile: Writing the Latin American Diaspora*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1964 - 1979)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política (Tese de doutorado), 2011.

_____. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1968)*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de mestrado), 2006.

McADAM, Doug e PAULSEN, Ronnelle. "Specifying the relationship between social ties and activism". *American Journal of Sociology*, vol. 99, n. 3, 1993.

MILLER, Kenneth et alli. «Bosnian refugees and the stressors of exile», *American Journal of Orthopsychiatry*, v.72, n.3, p.341-354, 2002.

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: Reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug (ed.). *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford university press, 2003.

MOREIRA, Júlia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional (RBP)*. vol.53, no.1, Brasília, Jan./Julho, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 243-270, 2009.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Política e sociedade: por uma volta à Sociologia Política. *Política & Sociedade*. PPGSP, v. 3, n. 5, out. 2004.

PRETURLAN, R. Mobilidades e classes sociais: a migração boliviana para São Paulo. In: *36º Encontro Anual da ANPOCS – Anais*. 2001. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8098&Itemid=76>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Capará*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1980.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio : entre raízes e radares*. Rio de Janeiro : Record, 1999.

RONIGER, Luis. Destierro y exilio en América Latina: un campo de Estudio Transnacional e Histórico em Expansión. *Pacarina del Sur – Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano*, n.9, 2011.

RONIGER, Luis. “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAN JUAN, Cesar Walter. Informe general de la investigación – El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina: análisis crítico del dualismo “asilo-refugio” a la luz del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. In: ALTO COMISIONADO DE NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS, 2003.

SCHERER-WARREN, I. Desafios para uma sociologia política brasileira: o elo entre movimentos e instituições. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, no 38, jan/abr 2015, p. 44-62.

SHAIN, Y. *The frontier of Loyalty: political exiles in the age of Nation-States*. Middletown, Wesleyen University Press, 1989.

SILVA, C.A. *A Política Migratória Brasileira para Refugiados (1998-2014)*. 1. ed. Curitiba-PR: Ithala, 2015.

SIMÉANT, Johanna. *La cause des sans-papiers*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1998.

SIMPSON, John. *The Oxford Book of Exile*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

SZNAJDER, Mario; RONINGER, Luis. *The Politics of exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo : Globo, 1999.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Politique(s) du conflit : De la grève à la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States: AD 990-1992*. Oxford: Wiley, 1993.

Entrevistas:

Magui BALBUENA – Entrevistas realizadas por Breno Bringel em Madri (Espanha), nos dias 16 e 18 de março de 2009.

Egídio BRUNETO – Entrevista realizada por Breno Bringel em Maputo (Moçambique), no dia 21 de outubro de 2008.

Avelino CAPITANI – Entrevista realizada por Teresa Marques em Porto Alegre (Brasil), no dia 11 de março de 2006.

Ariel COLLAZO - Entrevista realizada por Teresa Marques em Montevideú (Uruguai), no dia 27 de fevereiro de 2006.